

A IDEIA DE PROGRESSO: IMPOSIÇÃO E CONFLITO EM IPU-CE NO INÍCIO DO SÉCULO XX.¹

Antonio Vitorino Farias Filho²

Resumo

Este artigo analisa como se constituiu, nas primeiras décadas do século XX, um discurso de que o progresso chegou à cidade de Ipu, então região norte do Ceará. Analisa, igualmente, como a construção representativa de que a cidade prosperava foi capaz de gerar, no seio de um grupo social, práticas de intervenção no espaço urbano local como forma de adequá-lo às imagens representadas.

Palavras-chave: Progresso. Discurso. Representação.

Abstract

This article examines how it arose, in the first decades of the twentieth century, a speech that progress has come to the city of Ipu, then the northern region of Ceará. It also analyzes how the construction representative of the city prospered was able to generate, within a social group, intervention practices in the urban site as a way to bring it to the images represented.

Key-word: Progress. Speech. Representation.

Introdução

A pequena cidade Ipu³, então região norte do Estado do Ceará, foi palco da construção de um discurso, nas primeiras décadas do século XX, que apontava para a chegada do

¹ Este artigo é resultado da minha dissertação de mestrado, FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *O Discurso do progresso e o desejo por uma outra cidade: imposição e conflito em Ipu-CE (1894-1930)*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2009.

² Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor concursado da rede pública do Estado do Ceará. E-mail: vitorinofilhoipu@yahoo.com.br

³ O município de Ipu, hoje, situa-se na Mesorregião do Noroeste do Estado do Ceará localizada na chamada Microrregião do Ipu que engloba os seguintes municípios: Ipu, Ipuéiras, Pires Ferreira, Poranga, Reriutada e Varjota. Conforme a regionalização proposta pelo IBGE a cidade de Ipu está inserida na Região Administrativa 5, composta pelos municípios de Canaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá,

progresso a localidade. Tal discurso dizia claramente que a *urbe*, pelas transformações que vinha passando, estava se modernizando.

Os agentes desse discurso defendiam que a cidade estava vivendo um novo tempo. Eram eles pessoas ligadas ao poder político local e tidos como pertencente às famílias “ilustres do logar”, mais “destacadas da sociedade”.

Tal discurso é um dizer sobre a cidade. Ele está presente em um conjunto de textos produzidos por um grupo de pessoas - que denominamos de - a partir de agora - “agentes do progresso” local - em Ipu nas primeiras décadas do século XX.

Esse conjunto de textos é composto por discursos oficiais (do poder), artigos e livros de cunho historiográfico e literário (poesias), almanaques, estatutos de agremiações “nobiliárquicas”, revistas e, principalmente, jornais, de onde sobressai como fonte privilegiada o *Correio do Norte*⁴. Este é o grande veículo onde o discurso analisado aparece em cores bastante nítidas.

A construção de uma imagem de Ipu como cidade progressista, foi capaz de gerar práticas efetivas de intervenção na realidade urbana (ou espaço urbano), mudar atitudes e comportamentos no seio daqueles que enxergavam tal imagem. E é por isso que denominamos aqueles que criaram tal imagem de os “agentes do progresso”: “agentes” (aqueles que agem), porque de fato, adotaram práticas efetivas de intervenção no espaço urbano e buscaram moldar sua conduta social para adequá-la a imagem buscada; “do progresso” porque, também, construíram uma noção (ideia) daquilo que entendiam por progresso.

A ideia de progresso, para os seus agentes em Ipu, apresenta-se nitidamente em duas vertentes: uma “material” e outra “espiritual”: a) na vertente material, pensa-se a ideia de progresso muito próxima daquela dominante no Brasil na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte. Ela está relacionada, fundamentalmente, ao desenvolvimento da técnica e ao crescimento econômico. Tem ela, um pé fincado no desenvolvimento capitalista desde, pelo menos, a Revolução Industrial Inglesa, passando pela “grande expansão” econômica do período de 1848-1870.⁵ Tal perspectiva é aquela que se torna dominante na história ocidental no século XIX, como mostra Jacques Le Goff.⁶

Ubajara e Viçosa do Ceará. Sua extensão territorial é de 636 Km². Parte do território do município estende-se sobre a Serra da Ibiapaba e parte ao longo do riacho Ipuçaba, no sopé da serra, prolongando-se pelo “sertão”.

⁴ O *Correio do Norte* foi fundado por Abílio Martins, Thomaz de Aquino Corrêa e Eusébio Néri de Sousa (três dos principais “agentes do progresso”). Era um hebdomadário (semanário). Circulou de 1º de janeiro de 1918 até 30 de março de 1924.

⁵ Cf HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; Ver ainda HOBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000

A chegada do trem em Ipu, nos idos de 1894, ao mesmo tempo em que contribuiu para tirar a cidade de seu “secular isolamento”, igualmente concorreu para criar no seio de um grupo, essa noção de progresso; b) na vertente que chamamos de espiritual, a o progresso se relaciona também com um refinamento dos costumes, a busca por aquilo que se chama civilizado. O “ser civilizado”, nas representações construídas pelos agentes do progresso em Ipu, era aquele dotado de conhecimento, das luzes, capaz de reconhecer na técnica e na ciência valores superiores, observar as “regras de civilidade”, ser comedido nas atitudes, ter uma educação superior, observar as regras do “bem viver”.

Por outro lado, os vários grupos e indivíduos fazem suas próprias leituras sobre esses conceitos fechados. Elas revelam suas aspirações, desejos e contradições. Na verdade, fazem uma releitura da realidade a partir de suas próprias representações que têm a ver com o contexto da época, com a realidade local, com o grupo social a qual fazem parte e o lugar social que ocupam. Por exemplo, se para os grandes centros urbanos do período o progresso pode se traduzir no crescimento industrial e aumento da circulação de capitais e a modernidade se transladar na Cidade, seu palco, com suas ruas largas e limpas, suas amplas avenidas, em Ipu, o simples fato de passar o trem e ter um prédio “elegante” e “imponente” como o da Estação, ou ter uma praça ajardinada ou ainda um “simples” jornal, ou uma tipografia, podem se traduzir, para parte das pessoas da localidade, em progresso e modernidade. A parte toma o lugar do todo, ou o todo se traduz em uma parte. Os símbolos podem ser outros, ou os mesmos em menor escala, a percepção da realidade também.

As práticas sociais dos agentes do progresso informadas pela ideia de que a cidade prosperava caminhou em pelo menos dois sentidos: a) intervenção no espaço físico da cidade dotando-o de signos materiais do progresso; foram empreendidas construção de praças, pontes, avenidas e novos prédios na área urbana central; ruas foram alargadas e os animais soltos pelas principais vias foram proibidos de circular, sob pena de seus donos sofrer penalidades. Uma série de ações foi defendida, ainda que não realizada (em sua totalidade), tais como a reforma de prédios públicos da região mais central da cidade, como o do mercado público, para transformá-los em algo esteticamente mais “moderno”. Tais ações tinham o objetivo de dotar a cidade de ares progressistas, e revelar a imagem de uma *urbe* desejada; b) foram instituídos, pelos agentes do progresso, espaços de sociabilidades, informados pela necessidade de instituir um padrão de comportamento mais condizente com o espírito do

(capítulo 6); e LANDS, David S. *Prometeu desacorrentado. Transformação tecnológica industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

⁶ LE GOFF. Jacques. Progresso/Reação. IN: *História e Memória*, op. cit. , pp. 235-281.

progresso defendido. Foi uma prática levada a cabo a instituição de agremiações para a reunião e sociabilidades dos agentes do progresso. A fundação do *Grêmio Recreativo Ipuense*⁷ e do *Gabinete de Leitura*⁸ são dois exemplos disso.

Estas duas agremiações se prestaram a uma dupla função: a) reunir pessoas com uma condição econômica e social semelhante, com ideias e aspirações comuns e com desejos de se distinguir da maior parte da população local, isto é, das camadas populares ou menos abastadas; b) de ser espaços de sociabilidades para aqueles que eram seus sócios, entendendo os espaços de sociabilidades, como aqueles em que um grupo de pessoas, com afinidades diversas, se reúne e estabelece redes ou ligações que fazem circular informações, ideias, valores etc., que expressam seus interesses, gostos, paixões e opiniões.⁹

O *Grêmio*, com seus salões, e o *Gabinete* eram espaços sociais de reunião de seus sócios que o buscavam como locais, também, de diversão. Podiam ser usados para bailes (o *Grêmio* realizava oficialmente seis *soirées* anuais), para conversas, partidas literárias e para diversões e discussões diversas (sobre as notícias estampadas em jornais e revistas, como foi o caso do *Gabinete*). Eram espaços formais, instituídos juridicamente, com estatutos e regras que impunham condições para a aceitação de seus sócios.

Uma dessas condições era pertencer aos círculos dominantes locais, isto é, ter certa condição social e financeira e comungar com os mesmos valores defendidos por seus membros. Uma vez pertencentes aos seus quadros, os sócios deveriam apresentar traços comuns no que diz respeito ao comportamento social. Dito de outra forma, tais agremiações cobravam de seus associados à observância das “boas maneiras” e dos bons preceitos, de regras sociais, de relacionamentos que denotassem características próprias de uma sociedade ou grupo que se distingue pelo bem trajar, bem se portar, bem falar ou falar de certa maneira, ter modos e atitudes educadas.

⁷ O Grêmio Recreativo foi um clube fundado ainda na década de 1910 como o nome de *Associação Recreativa Sociedade 7 de Setembro*. Depois mudou para *Grêmio Recreativo Sociedade Dançante e Teatral* ou simplesmente *Grêmio Ipuense*. Era esta agremiação uma sociedade anônima cuja função principal era servir para o lazer de seus sócios e para os *soirées* do “escol social”.

⁸ O Gabinete de Leitura era uma espécie de “Centro Literário”, com sede própria e estatutos, onde se reuniam os “intelectuais” de Ipu, os agentes mais destacados que defendiam o progresso local. Possuía um grande acervo de livros, jornais e revistas que circulavam na época, vindos principalmente da capital do país. Era também um espaço reservado às sociabilidades de seus sócios.

⁹ BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidades. In: BOUDON, Raymond (Dir). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, pp. 65-106.

A isso denomino de civilidade. Era essa civilidade, isto é, uma maneira distinta de estar no mundo e em dado círculo social (distinta porque tida como superior) que garantia uma identidade aos membros de um mesmo grupo.¹⁰

A civilidade era buscada por aqueles que tinham um desejo de parecer, aos olhos de seus pares e da população ipuense, como alguém distinto. Pertencer aos quadros do Grêmio e do Gabinete de Leitura, principalmente, significava acumular ganhos simbólicos neste sentido.

Mas, os espaços agremiativos, principalmente o *Grêmio* e o *Gabinete*, foram importantes não apenas como locais de sociabilidades com características mais condizentes com a representação construída da cidade como um local do progresso. Foram importantes também, porque capazes de manter coeso, em torno de seus valores e símbolos, um grupo de pessoas ou os *agentes do progresso*.

A integração do grupo era reforçada pela constituição, entre seus membros, de certo *habitus* de classe. *Habitus* aqui entendido na perspectiva de Bourdieu, que o considera como um sistema subjetivo de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção e ação, comum a todos os membros do mesmo grupo ou classe. Princípio gerador de práticas sociais e da unicidade da visão do mundo (representação).

O *habitus* é entendido por Bourdieu como um sistema de esquemas de percepção e avaliação; como estruturas cognitivas adquiridas por meio da experiência durável de uma posição do mundo social. As representações construídas pelos agentes sociais variam segundo seu *habitus*. Este “é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de percepção e apreciação de práticas”;¹¹ e constitui o fundamento mais sólido da integração dos grupos ou classes.

A visão de uma cidade progressista, apresentada pelos “agentes do progresso” nos textos produzidos por eles, revela uma leitura, ou mais precisamente, uma representação de seu mundo ou realidade, mediada pela cultura (*habitus*), própria do grupo.

Mas, se o processo de socialização foi capaz de criar entre os *agentes do progresso* certa visão de mundo, isto é, uma maneira singular de perceber e elaborar o mundo, ou ainda, uma dada representação social da realidade em que viviam, por outro lado, foi ela (a representação) objeto de imposição. É aqui que fica bastante evidente as práticas sociais dos “agentes”.

A elaboração da noção de que a cidade vivia o progresso acabou informando práticas de intervenção na realidade ipuense, como já demonstramos. Igualmente já dissemos que tais

¹⁰ Id. *Ibidem*.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 3004, p. 158.

práticas caminhavam no sentido de dotar a cidade de signos do progresso capazes de revelar a sua imagem desejada ou representada. Tal intervenção acabou gerando conflitos entre os agentes do progresso, que pretendiam fundar uma cidade ideal, objeto de desejo, e os grupos populares, alvos de controle, e que usavam a rua e os logradouros públicos da “cidade real”, em seu cotidiano.

A ânsia progressista e a ideia de fundar uma cidade moderna levaram os agentes do progresso a uma tentativa de banir da área central da cidade os animais soltos, as meretrizes e algumas práticas populares, como a dos jogos, associadas à “barbárie”. Por outro lado, os grupos populares resistiram tenazmente para continuar usando a cidade e lutaram contra os estigmas que os associavam a vagabundagem, à ociosidade, à barbárie.

O interessante é que, embora as fontes que possuímos sejam aquelas legadas por uma cultura dominante que tenta silenciar sobre os vencidos, são elas mesmas que dão visibilidade àqueles que eram objeto de controle e imposição de uma visão de mundo excludente. Mostra ainda como grupos populares souberam usar, por exemplo, as mesmas páginas do jornal *Correio do Norte* para defender-se, quando ele era um veículo de divulgação, propaganda, imposição e de convencimento quanto à necessidade de se fundar uma cidade ideal, uma nova cidade, sobre outra, aquela dos populares.

A construção do discurso do progresso

No âmbito local a percepção e a construção discursiva em torno da noção de progresso, acompanharam uma trajetória de crescimento econômico da cidade. É ele contínuo, ainda que não de forma acentuada. No entanto, tal crescimento só se torna mais evidente no século XIX, sobretudo, na sua segunda metade, quando o algodão se tornou o principal produto da economia local. A chegada da ferrovia à cidade de Ipu em fins daquela centúria contribuiu para acelerar as mudanças e uma trajetória de crescimento. Pelas limitações deste artigo, não discutiremos mais detidamente esta questão.

O importante é que, o momento vivido pela cidade foi entendido por um número significativo de pessoas como o início da chegada do progresso material à localidade. A experiência da mudança, isto é, do crescimento, levaram-nos a entender que o desenvolvimento estava chegando ao seu lugar.

A construção e produção de um discurso para caracterizar a cidade de Ipu como progressista são, portanto, históricas. Acompanha um período, ainda que tímido, de transformações, sobretudo de ordem econômica, no âmbito local.

Perfil dos agentes do progresso

Mas, quem eram os agentes do progresso, em Ipu, nas primeiras décadas do século XX? Tracemos agora seu perfil.

Antes, é necessário apresentarmos a metodologia utilizada. O primeiro passo no caminho de conhecê-los foi proceder a um levantamento de seus perfis. Busquei fazê-lo compondo uma “minibiografia” de cada um deles, como forma de acumular informações. Para boa parte deles elas são abundantes. Para outra parte, há uma revoltante escassez de informações. Interessou-nos principalmente: a formação; profissão; inserção social; engajamento político.

No primeiro cruzamento dos dados ficou bastante claro que estávamos lidando com um grupo muito extenso, em seu todo, mais ou menos heterogêneo e que dentro dele havia uma espécie de subgrupo que ditava as regras. Em grande parte, eram líderes políticos que dominavam os principais cargos de mando no âmbito local.

Diante da dificuldade de proceder a um perfil mais detalhado de todo o grupo, optamos por analisar apenas aqueles mais destacados e que detinham o poder de decisão em suas mãos. De um levantamento inicial dos perfis de 41 nomes, selecionamos para análise apenas 21¹² deles.

A primeira conclusão a qual chegamos foi a de que esse grupo é composto, em boa parte, por indivíduos portadores de diploma de curso superior (52%),¹³ como mostra a tabela 1. Em sua maioria, bacharéis em direito (73% destes): três foram juizes de direito (Eusébio de Sousa, Souto Maior e Apolônio de Barros); um exerceu a advocacia e foi promotor público da Comarca (Leonardo Mota), um foi suplente de juiz de direito (Leocádio Ximenes), um, promotor de justiça adjunto (Abdoral Timbó); dois parece não terem abraçado a profissão que lhes deu o diploma (Abílio Martins e Oswaldo Araújo).

¹² São eles, Abílio Martins, Eusébio Neri de Sousa, Thomaz de Aquino Corrêa, Leonardo Mota, Francisco das Chagas Pinto da Silveira, José Oswaldo de Araújo, Joaquim de Oliveira Lima, Abdoral Timbó, Cel. João Bessa Guimarães, Manuel Bessa Guimarães, Edgard Corrêa, Ubaldino Maciel Souto Maior, Apolônio de Barros, Auton Aragão, Francisco Lourenço de Araújo, Cel. José Lourenço de Araújo, Odulpho Carvalho, José Raimundo de Aragão Filho, José Alves de Farias, Osório Martins e Leocádio Ximenes.

¹³ Dos outros membros embora os indícios mostrem que eram portadores de diploma de curso superior não obtivemos ainda a confirmação. São os casos de João Bessa Guimarães, administrador da estrada de Ferro em Ipu no final do século XIX. É provável que tenha sido engenheiro, os indícios apontam para isso; e de Abdoral Timbó e Manuel Bessa, que eram “guarda-livros” (hoje contabilista) de importantes estabelecimentos comerciais.

TABELA 1**Nível educacional dos agentes mais destacados (Curso Superior)**

	Nominal	%
Com educação superior	11	52,4
Sem educação superior	5	23,8
Sem comprovação	5	23,8
Total	21	100

Se levarmos em conta àqueles que eram donos de estabelecimentos comerciais, veremos que dos 21 nomes analisados, pelo menos 13 estavam nesta situação, ou 61%, não levamos em conta os nomes de Ubaldino Maciel Souto Maior, membro da *Associação Comercial de Ipu* na década de 1920, por não comprovarmos se realmente era possuidor de estabelecimento comercial, nem de Manuel Bessa, “guarda Livros” da firma pertencente aos sócios Auton Aragão e Emygdio Barbosa. Números, portanto, que se elevariam se incluíssemos aqueles que não eram donos de estabelecimento, mas que exerceram alguma atividade comercial.

Em um outro perfil, observamos que todos aqueles aqui analisados tinham relações muito estreitas com o poder político local e, se nem todos chegaram a exercer cargos públicos, mantiveram uma relação de compadrio com os chefes locais. De todos, pelo menos 12, comprovadamente, exerceram o serviço público ligado ao poder.

TABELA 2**Atividade comercial e pública**

	Nominal	%	Total
Donos de Estabelecimento Comercial	13	62	21
Exerceram cargo público	12	57	21
Exerceram mais de uma atividade	21	100	21

O grande líder político local na década de 1920, detentor da máquina pública, foi o bacharel Abílio Martins, que herdou o poder local de sua família. Abílio e seus correligionários, foram aqueles que lutaram e fundaram agremiações, ergueram uma tipografia e fizeram circular jornais. Abílio Martins foi aquele que defendeu e começou a

construção de um teatro, angariou recursos federais para obras públicas, lutou como deputado estadual por outras obras indispensáveis a uma cidade “moderna”, dentro da visão de seu grupo.

Cidade do progresso: contradição e conflito

A elaboração da ideia de que a cidade vivia o progresso informou práticas de intervenção na realidade ipuense. Tais práticas caminhavam no sentido de dotar a cidade de signos do progresso, cujo objetivo era revelar a sua imagem desejada ou representada. Essa intervenção gerou conflitos entre os agentes do progresso, que pretendiam fundar uma nova cidade e os grupos populares, alvos de controle, que usavam a rua e os logradouros públicos da “cidade real”.

Se, por um lado, a construção de uma dada representação social da realidade ipuense foi algo que, de fato, ocorreu, por outro, foi ela (essa representação), objeto de imposição.

A vontade de viver de uma outra forma e de fundar uma nova cidade, levaram os agentes do progresso a uma tentativa de banir da cidade, ou das ruas e logradouros mais centrais, os animais soltos, as meretrizes e algumas práticas populares, como a dos jogos, todos associados à “barbárie”.

O meretrício e as meretrizes

Passou a ser alvo do controle a circulação e a permanência das meretrizes em alguns logradouros públicos da cidade, como meio de resguardar a moral recatada e os bons costumes das famílias “illustres do logar”.

Com a chegada da ferrovia em fins do século XIX e o posterior aumento da população e da circulação de mercadorias e capitais, a cidade de Ipu passou a atrair um número significativo de prostitutas das regiões circunvizinhas, que vinham se juntar as já existentes no lugar. É também nesse momento que começam a surgir os primeiros “cabarés”, na verdade algumas casas onde se praticava a venda do sexo.

No final da década de 1910 e início da seguinte, há uma maior preocupação por uma parte da população e do poder público em se proceder a um controle rigoroso das meretrizes que viviam na cidade e comercializavam seu corpo em praças públicas. Também nos primeiros momentos do século XX, teve início o surgimento do mais famoso “cabaré” da cidade, erguido no atual bairro da Caixa D’água que na época era praticamente inabitado.

Diante do intenso controle da qual foram alvos a circulação e a permanência das meretrizes em logradouros públicos da área central da cidade, elas acabaram adotando práticas de resistências e táticas para burlar o controle. É assim que a venda de seus serviços se desloca do espaço público para o privado. Surge, assim, o meretrício, na periferia da cidade. Ali, distante, as prostitutas não incomodavam tanto e havia uma autorização tácita do poder público quanto a isso.

O meretrício foi erguido próximo ao “curral do açougue do matadouro”, onde eram abatidos os animais e ficava o matadouro e açougue da cidade. Era composto por quatro currais em quadro. Se de manhã se ia aquele local para a compra da “ração diária”, ir ao “curral do açougue” à noite tinha o significado da prática do sexo. Para lá diariamente acorriam os viajante e rapazes sempre prontos a mostrar e gastar o seu vigor.

Segundo o relato do tipógrafo à época, João Mozart da Silva, o meretrício era composto por “oito casinhas, rebocadas e caiadas, cobertas com telhas”. E era ali “na zona do meretrício, do raparigal, da devassidão, na claridade da lamparina a querosene, que a rapaziada da época tinha, muito provavelmente, sua primeira experiência sexual”. Segundo ainda o seu relato:

Cada um dos rapazes da época possuía sua lanterna a pilha. Todas as noites, infalivelmente, saíamos do bilhar e padaria do Zé Padeiro, que ficava vizinho da alfaiataria do Lopes, e próximo à farmácia do Edgard, no rumo do que se chamava “zona”. Era uma esticada direta, subindo até chegar ao batente da primeira casa. A ronda era geral, principalmente nas terças e sexta-feiras, os dias dos trens que procediam de Camocim, chegando à Estação de Ipu às quatro da tarde.¹⁴

O surgimento do cabaré é fruto, em parte, do controle da qual foram alvo as prostitutas. Todas elas, ou pelo menos a maioria delas, passaram a ter uma ficha na polícia, condição de possibilidade para exercem seus ofícios, e tiveram sua circulação controlada nas principais ruas da cidade. Foram fixados, por exemplo, horários e estabelecimentos comerciais em que poderiam comprar suas mercadorias. A não obediência a essas regras era punida com uma possível detenção ou outra represaria.

O jornal *O Barbicacho* - que tinha como programa ser um órgão “defensor dos bons costumes” e como redator-chefe J. Parfuncio -, de 15 de fevereiro de 1920, elogia o delegado

¹⁴ SILVA, João Mozart da. *Ipu do Meu Xodó*: memórias. Fortaleza: Nacional, 2005, p. 101.

de polícia local pela atitude de ter retirado do mercado público as prostitutas que circulavam livremente:

Muito temos louvado o gesto do digno Te. Pinheiro fazendo retirar as cotrovias do nosso mercado, pois aquillo constituia o que ha de mais vergonhoso para a terra.

Acreditamos, porem, que o distincto official não está informado que na Estação a frequencia d'ellas na hora de chagada e partida do trem é ainda maior do que no mercado.

Muitas vezes ellas sem conhecerem o lugar que merecem vem colocar se juncto as familias que alli esperam a alguem.

Se o illustre official achar que temos razão ahi fica a informação.¹⁵

O *Correio* também parabeniza o delegado pela atitude pondo um fim às “immoralidades” praticadas pelas prostitutas no mercado público. Este jornal vai mais longe ao defender que o delegado é digno de aplausos de todos os ipuenses por ter extinguido um “foco de imundicies que constituia uma nodoa para a nossa civilização e até um insulto á nossa dignidade”.¹⁶

Segundo o citado periódico, aquela foi uma das mais acertadas medidas policiais, dentro outras, que tem tomado o delegado,

pois em breve familias não poderiam, sequer, fazer suas compras porque nos portões do mercado publico permaneciam grupos de meretrizes a exhibirem os mais indecentes admanes [sic] a proferirem desubradamente immoralidades sem o menor respeito ao publico.¹⁷

O *Correio*, como órgão defensor do progresso e dos bons costumes, guardião da moral e veículo do poder local, via na prostituição e na circulação das meretrizes livremente pelos logradouros públicos, um insulto aos “nossos foros de terra civilisada”. Necessária se fazia a sua extinção ou pelo menos o seu controle.

¹⁵ Quota da Semana. *O Barbicacho*. Ipu, p. 1, 15 fev. 1920.

¹⁶ *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 12 fev. 1920.

¹⁷ Idem.

Os jogos populares

O jogo também foi alvo de controle pelo poder público e de reclamações dos “homens illustres” do lugar, tido também, como uma prática que ia contra a moral e os bons costumes da sociedade. Ele é entendido como atributo do ocioso, daquele que não trabalha. O jogo é visto como nocivo por aviltar os valores do trabalho, este elemento fundamental da vida civilizada.

As investidas contra a jogatina foram uma constante no *Correio*. Frequentemente se cobra uma ação enérgica das autoridades locais visando à extinção daquela prática. Diante da grande quantidade de reclamações contra o jogo nas páginas do *Hebdomadário*, durante o período de 1920 a 1924, e da cobrança de ações para reprimi-lo, selecionamos apenas algumas edições daquele periódico para a nossa análise.

Em sua edição de 6 de janeiro de 1921, em matéria assinada por um tal Zildo,¹⁸ este apresenta sua preocupação e insatisfação ante a proliferação do jogo no mercado público da cidade a ponto de compará-la a Monte Carlo:

Avança num crescendo pavoroso, intensifica-se numa effervescencia malefica o abuso imperdoavel da mais desenfreada e criminosa jogatina em o mercado publico desta cidade. Desde a Noite de Natal as roletas, os caipiras, os jaburus se exibem, ostentam-se publicamente, fazendo victimas, corrompendo costumes, desmoralizando a lei afrontando [sic] as auctoridades, transformando o Ipu em verdadeiro “Monte Carlo”.¹⁹

O autor do artigo ataca o jogo porque, segundo ele, corrompe os costumes e desmoraliza a lei. Continua sua reclamação cobrando das autoridades policiais, providências enérgicas para acabar com aquela prática “perniciosa” e “conrompedora” dos bons costumes.

Na edição de 20 de janeiro do periódico, foi publicada uma carta de um tal Pedrinho, fazendo a defesa do jogo. Ataca o tal Zildo por não se posicionar contra os jogos praticados pela “elite local”, que usa “palitot” e “gravata”, nos bilhares frequentados pelos “homens illustres” do lugar. Vejamos um trecho:

Ha, é verdade, um Bilhar, onde se reúne gente de Palitot e gravata e não raro se falam linguas estrangeiras, que esta jogando (...).

¹⁸ Ao que tudo indica um pseudônimo usado por um dos redatores ou colaboradores do *Correio do Norte*.

¹⁹ *Correio do Norte*, Ipu, p. 2-3, 6 jan. 1921.

Penso, porem, que com estes senhores o Zildo não tem que ver. Em primeiro lugar, elles não jogam jogos prohibidos pelo Codigo Penal e sim um tal “Pocker” (...); em segundo lugar, é tudo gente graúda (...) Paes de família a quem o interessante Zildo não deve ir puxar a orelhas. Eu não quero descobrir quem vai lá, mas adianto que é gente de estimação pois os parceiros se tratam por “seu Doutor” e “seu Coronel”...Ás vezes vai lá alguem que é respeitosamente tratado por “Padrinho Vigario”.²⁰

O Bilhar ao qual o “Pedrinho” se refere pertencia aos sócios, Osório Martins e José de Farias, dois grandes líderes políticos locais que na década de 1920 engrossavam as fileiras do Partido Democrata. Ficava localizado no Mercado Público, um lugar de reunião para parte dos homens de poder. Lá se reuniam vestindo seus “palitot” e falando “linguas extgrangeiras” e para jogar “pocker” não “proibido pelo código penal”. Lá conversavam, evidentemente, sobre política, cultura e, talvez, seus frequentadores comentassem as últimas notícias e os artigos que eles mesmos publicavam no *Correio* e outras folhas editadas na *Typographia d’O Campo*. Até o Pároco, que tinha relações muito estreitas com os homens do poder local, ia lá abençoar “seus afilhados”.

A crítica de Pedrinho não é gratuita, sabedor disso, queria ferir o orgulho daqueles homens. Enquanto as rodas de jogos entre o “escol social” eram permitidas, atacava-se com veemência justamente o jogo do povo humilde, aquele que era alvo das proibições.

A atitude de Pedrinho caminha no sentido de mostrar que a repressão e as reclamações recaem sobre os jogos praticados pela “gente miúda”, pessoas simples, e que os jogos praticados por “gente grauda”, “gente de palitot”, “gente de estimação”, pelos “coronéis” e “doutores”, com a benção do vigário, eram permitidos.

Nas edições seguintes do jornal os dois autores dos citados artigos se envolvem numa discussão incessante para fazer valer suas opiniões. Várias outras pessoas, inclusive os redatores do jornal, saem em defesa da repressão ao jogo cobrando providências das autoridades contra as casas de jogos. Eles não deixam também de atacar os jogos praticados por “gente grauda”, como uma subversão dos costumes, que vem atingido até pessoas “da sociedade”.

Diante da repressão policial aos “jogos de azar” no município, eles deslocam-se para as residências particulares. As reclamações contra a prática continuaram aparecendo nas edições posteriores do *Correio*, porém, os olhos agora recaem para as “jogatinas” as

²⁰ *Correio do Norte*. Ipu, p. 2, 20 jan. 1921.

escondidas, em casas abandonados, em ruas escuras, no cemitério, em residências particulares e eventualmente em estabelecimentos comerciais.

Em edição do *Correio* de 17 de junho de 1920, dizem seus redatores: “consta-nos que em alguns casebres de nossos arrabaldes estão jogando as occultas á noite”, para afirmar em seguida que “apezar das múltiplas providencias tomadas pela polícia ainda não foi possivel se extinguir o jogo nesta cidade (...). O jogo em Ipu conserva-se a semelhança de fogo de monturo; de instante a intante accende, tomando novas e assustadoras proporções”.²¹

Em outra reclamação, um repórter do *Correio* avisa a polícia e pede providências contra a jogatina praticada na cozinha de uma casa fechada, de propriedade do Sr. Neco Pedro, na Rua Pe. Correia. Ao passar por ali e perceber um sussurro, o dito reporte encaminhou-se para o local, onde encontrou “o grupinho de afamados jogadores (...) em admirada roda na mais franca alegria”. Lá estavam “sobre uma mesa velha, surrada pelo tempo, os viciados agressores da lei. Eles “passam noites esquecidas na arejada cosinha [curando] sua vida, enquanto, a policia ignora, e vive despercebida destas novidades”.²²

O jornal e seus redatores eram vistos por todos como os guardiões dos “bons costumes” e da “moral” do ipuense e a quem se deveria recorrer para o ataque às práticas “desviantes”. Estando ligado ao poder, exercia pressões no sentido de cobrar das forças policiais, uma ação mais rigorosa contra todas as práticas e costumes entendidos como incompatíveis com a “moral” defendida.

Dentro desse espírito repressivo é que o Chefe de Polícia de Ipu baixa, em primeiro de março de 1923, um edital por meio de circular proibindo os jogos de azar em todo o município. Segundo o referido documento a repressão se faz necessária pelo fato dos jogos serem “perniciosos á sociedade” ao mesmo tempo “ofensivos”. No prazo de 30 dias a contar da divulgação da circular todos aqueles que desobedecessem à lei estariam “sujeitos a punição”.²³

O mais importante de tudo é que a campanha defendida contra os jogos de azar da “gente miúda” tinha como argumentos defender os bons costumes e lutar contra a “vagabundagem”, a “ociosidade”, o “vício”, a “depravação” dos costumes e da moral, o seu efeito “degradante”, a “imoralidade pública” e em nome dos valores do trabalho e da civilização. A preocupação com a sua proliferação se deu, portanto, por ir contra os costumes

²¹ *Correio do Norte*, Ipu, p. 2, 17 jun. 1920.

²² *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 26 mai. 1921.

²³ *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 1 mar. 1923.

de um povo em vias de “civilizar-se” ou que se auto-reconhecia como civilizado ou detentor de tais foros. Daí a necessidade de reprimi-lo e cobrar ações nesse sentido.

Conclusão: o reverso da *cidade do progresso*

O mesmo discurso que na década de vinte diz o progresso da cidade, diz também sobre o seu reverso. A cidade de Ipu, que na fala de seus *agentes* aparece como progressista, mostra-se também como o espaço do atraso, da precariedade, da “barbárie” atacada.

A vontade de fundar e viver em uma nova/outra cidade acabou revelando a cidade que se queria destruir, isto é, a cidade “real”, que se mostra precária, ante o desejo de transformá-la. Esta cidade “real” aparece de forma mais nítida, na fala dos agentes do progresso, quando as reclamações recaem sobre as práticas culturais de seus “habitantes comuns”, as classes populares, que usam os espaços da cidade em seu cotidiano;

Já vimos acima como a prostituta e os jogadores aparecem como os indesejados, alvos do controle policial, uma vez que suas práticas se mostravam incompatíveis com a construção de um novo espaço.

Da mesma forma, outras práticas tidas como incompatíveis com a elaboração de uma outra cidade, foram alvos de reclamação e de controle efetivo. Aqui referimo-nos a criação de animais soltos nas vias públicas e o uso de seus espaços para o depósito de lixo. Tais práticas são amplamente atacadas tendo em vista dois argumentos: a) porque são incompatíveis com “os nossos foros de cidadãos adiantados” ou nossos “foros de civilização e cultura”, e; b) porque uma cidade “moderna” e “progressista” deve apresentar-se limpa e ter seus espaços “salubres” e “higienicos”.

Os redatores do *Correio do Norte* reclamam constantemente do grau de insalubridade da cidade, em função dos “muitos monturos” que populares teimam em criar em alguns becos e travessas da cidade.

Em edição de agosto de 1920, um de seus redatores dirige-se ao Prefeito da cidade, pedindo-lhe providencias ante “as péssimas condições em que se acham as nossas vias publicas”, em função do lixo acumulado em suas ruas, travessas e outros logradouros públicos. O autor da matéria reclama “urgentes medidas” contra os “abusos imperduaveis” de se transformar a cidade em depósito de lixo. O autor do artigo se sente no direito de reclamar providências em função dos “nossos foros de civilização e cultura”.²⁴

²⁴ *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 6 de ago. 1920.

Em edição de maio de 1921, do mesmo jornal, diz um de seus redatores:

“Em bem da esthetica e da salubridade chamamos a atenção do nosso digno Prefeito Municipal para o estado de immundicie em que se acham quase todas as travessas e até algumas praças de nossa urbs”. Depois de longamente discorrer sobre a existência dos “monturos” nos logradouros públicos e os seus efeitos nocivos à saúde e à *esthetica* da cidade, conclui o redator, dizendo que tal prática, “depõe contra os nossos foros de cidadãos adiantados”.²⁵

Em uma terceira reclamação, agora contra os inúmeros porcos que se “chafurdam” nas lamas, soltos pela cidade, os redatores do *Correio* clamam por providências severas, pedindo que o “nosso digno prefeito, ordene com severidade a apreensão e retirada dos porcos que nos emporcalham”, “em bem de nossos créditos de cidadãos civilisados, em bem da esthetica e do asseio de nossa cidade”.²⁶

Diante de tantas reclamações contra a insalubridade da cidade, causada pelas práticas cotidianas de seus habitantes ou “por antigos costumes” que “representam o papel de inimigos do caminho acessível do que se chama adiantamente”,²⁷ os redatores do *Correio* cobram o respeito às leis e as posturas municipais contra tais práticas e que as autoridades usem o poder de polícia para que tais leis sejam cumpridas pela população, porque seus “hábitos, [deitam] ao rebaixamento o nível de uma cultura”.²⁸

Diante da pressão e das reclamações endereçadas ao Prefeito, chamado a dar uma resposta, este baixa um edital, em maio de 1923, com “praso de 30 dias a contar desta data” para que os proprietários de terrenos urbanos procedam à limpeza de seus terrenos e os mantenham limpos, caso contrário serão multados na “importância de ...30\$000 de accordo com o art. 72 do coddigo de Posturas Municipais”.²⁹

Em seguida, toma providências contra os animais soltos pelas vias públicas, sendo aplaudido pelos redatores do *Correio*. Porém não dura muito para que as mesmas reclamações voltem a tingir de tintas escuras as páginas do jornal.

²⁵ *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 5 mai. 1921.

²⁶ *Correio do Norte*, Ipu, p. 2, 15 Fev. 1923.

²⁷ *Correio do Norte*, Ipu, p. , 7 set. 1922

²⁸ Idem

²⁹ *Correio do Norte*, Ipu, p. 3, mai. 1923.

Este fato mostra que mesmo diante do controle, os habitantes da cidade mantêm suas práticas sociais e seus costumes arraigados desde longa data, ante a vontade de um grupo em querer moldar, a seu modo, os espaços da cidade.

Mais importante ainda é o fato de que diante da vontade em querer revelar uma imagem de cidade limpa e higiênica, compatível com a representação de uma cidade progressista, elaborada pelos agentes do progresso, estes acabam revelando um outro espaço, o da “barbárie”, objeto de controle, de sanções morais e da coerção, palco das práticas cotidianas de sua população.

Assim, o mesmo discurso que fala sobre a cidade “moderna”, fala de seu reverso.